



**Estratégia**  
Concursos

**20° SIMULADO**

# TJRJ

**TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA**  
**PÓS-EDITAL**

# Simulado Especial

## 20° Simulado TJ-RJ

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-16-08>**

01 – A B C D E  
02 – A B C D E  
03 – A B C D E  
04 – A B C D E  
05 – A B C D E  
06 – A B C D E  
07 – A B C D E  
08 – A B C D E  
09 – A B C D E  
10 – A B C D E  
11 – A B C D E  
12 – A B C D E  
13 – A B C D E  
14 – A B C D E  
15 – A B C D E  
16 – A B C D E  
17 – A B C D E  
18 – A B C D E  
19 – A B C D E  
20 – A B C D E

21 – A B C D E  
22 – A B C D E  
23 – A B C D E  
24 – A B C D E  
25 – A B C D E  
26 – A B C D E  
27 – A B C D E  
28 – A B C D E  
29 – A B C D E  
30 – A B C D E  
31 – A B C D E  
32 – A B C D E  
33 – A B C D E  
34 – A B C D E  
35 – A B C D E  
36 – A B C D E  
37 – A B C D E  
38 – A B C D E  
39 – A B C D E  
40 – A B C D E

41 – A B C D E  
42 – A B C D E  
43 – A B C D E  
44 – A B C D E  
45 – A B C D E  
46 – A B C D E  
47 – A B C D E  
48 – A B C D E  
49 – A B C D E  
50 – A B C D E  
51 – A B C D E  
52 – A B C D E  
53 – A B C D E  
54 – A B C D E  
55 – A B C D E  
56 – A B C D E  
57 – A B C D E  
58 – A B C D E  
59 – A B C D E  
60 – A B C D E

**PORTUGUÊS**

Janaina Arruda

**Texto I**

Creio que, pelo gosto de Gastão Cruls, a modernização do Rio se teria feito, desde os dias do Engenheiro Passos, com muito menor sacrifício do caráter e das tradições da cidade à mística do Progresso com P maiúsculo. Mas nunca se esquece ele de que, sob as descaracterizações e inovações brutais e tantas vezes desnecessárias por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil, continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses, dos Vice-reis, de Dom João VI, dos Jesuítas, dos Beneditinos, dos começos da Santa Casa [...]

Por mais que tudo isso venha desaparecendo dos nossos olhos e se dissolvendo em passado, em antiguidade, em raridade de museu, continua a ser parte do espírito do Rio de Janeiro. Pois as cidades são como as pessoas, em cujo espírito nada do que se passou deixa inteiramente de ser. O Rio descaracterizado de hoje guarda no seu íntimo para os que, como Gastão Cruls, sabem vê-lo histórica e sentimentalmente, uma riqueza de caracteres irreduzíveis ou indestrutíveis, que as

páginas de Aparência do Rio de Janeiro nos fazem ver ou sentir. E este é o maior encanto do guia da cidade que o autor de *A Amazônia que eu vi acaba de escrever*: dar-nos, através da aparência do Rio de Janeiro, traços essenciais do passado e do caráter da gente carioca. Comunicar-nos do Rio de Janeiro que Gastão Cruls conhece desde seus dias de menino de morro ilustre – menino nascido à sombra do Observatório – alguma coisa de essencial. Alguma coisa do que a cidade parece ter de eterno e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno – principalmente o moreno – da cor da pele dos seus homens e das suas mulheres, com o azul e o verde quente de suas águas e de suas matas.

(Gilberto Freyre, Trecho do Prefácio. In: Cruls, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, Coleção documentos brasileiros, 2. ed., v. 1, 1952. p. 15-17)

**01.** De acordo com o texto, a cidade do Rio de Janeiro:

- a) precisa resguardar sua identidade original, visto que a natureza, que lhe garante o título de a mais bela cidade do Brasil, deve ser tida como ilibada.
- b) apresenta as tradições brasileiras de maneira clara e, assim, a manutenção da sua identidade original faz-se necessária.

- c) deve se revestir de modernidade, assim como as pessoas, em uma ascensão natural e necessária para a adequação ao tempo presente.
- d) perdeu sua essência mais importante em benefício de um possível progresso, que põe em risco seu encanto natural.
- e) embora apresente algumas transformações em sua estrutura, as quais podem descaracterizá-la em alguns pontos, mantém os seus elementos tradicionais.

**02.** Analise o termo grifado abaixo e assinale a alternativa que também poderia ter essa estrutura em sua construção:

... e que vem de certa harmonia misteriosa a que tendem o branco, o preto, o roxo e o moreno ...

- a) A exigência de inovações foi o argumento \_\_\_\_\_ se valeram os engenheiros para defender o projeto que havia sido inaugurado.
- b) As entidades contavam \_\_\_\_\_ se fizessem consultas aos cidadãos para definir os projetos de engenharia de toda a área a ser construída.
- c) Seriam exigidos novos planos urbanísticos \_\_\_\_\_ permanecessem intocadas as construções originais.
- d) Ao homem ocorreu demonstrar \_\_\_\_\_ não seria possível permitir a demolição de algumas construções antigas.
- e) As modificações \_\_\_\_\_ se refere o historiador desnaturaram toda a área utilizada nas pesquisas.

**03.** Em relação aos dois-pontos presentes no segundo parágrafo do texto, no trecho que o autor de *A Amazônia que eu vi acaba de escrever*, pode-se afirmar que esse elemento foi utilizado com a finalidade de:

- a) fazer interpolação de pensamentos isolados no contexto em que se inserem.
- b) trazer afirmações de fatos referentes ao assunto.
- c) indicar esclarecimento a respeito de um assunto.
- d) isolar uma enumeração de elementos coordenados.
- e) interromper intencionalmente as ideias apresentadas no contexto.

04. Analise os trechos retirados do texto acima e assinale a alternativa em que, embora sejam realizadas as mudanças sugeridas pelas assertivas, o verbo se mantém no singular:

- a) Mas nunca se esquece ele de que (substituir por esses artistas)
- b) continua a haver um Rio de Janeiro do tempo dos Franceses (substituir por mudanças no Rio de Janeiro)
- c) Do que a cidade parece ter de eterno (substituir por as riquezas da cidade)
- d) Por que vem passando a mais bela das cidades do Brasil (substituir por as maiores cidades brasileiras)
- e) A modernização do Rio se teria feito (substituir por as inéditas obras de modernização)

#### Texto II

Leio a reclamação de um repórter irritado que precisava falar com um delegado e lhe disseram que o homem havia ido tomar um cafezinho. Ele esperou longamente, e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.

Tinha razão o rapaz de ficar zangado. Mas com um pouco de imaginação e bom humor podemos pensar que uma das delícias do gênio carioca é exatamente esta frase: – Ele foi tomar café.

A vida é triste e complicada. Diariamente é preciso falar com um número excessivo de pessoas. O remédio é ir tomar um “cafezinho”. Para quem espera nervosamente, esse “cafezinho” é qualquer coisa infinita e torturante. Depois de esperar duas ou três horas dá vontade de dizer: – Bem, cavalheiro, eu me retiro. Naturalmente o Sr. Bonifácio morreu afogado no cafezinho.

Ah, sim, mergulhemos de corpo e alma no cafezinho. Sim, deixemos em todos os lugares este recado simples e vago: – Ele saiu para tomar um café e disse que volta já.

Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes e perguntar: – Ele está? – alguém dará o nosso recado sem endereço. Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a

morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um cafezinho...

Podemos, ainda, deixar o chapéu. Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão: – Ele foi tomar um café. Com certeza volta logo. O chapéu dele está aí...

Ah! Fujamos assim, sem drama, sem tristeza, fujamos assim. A vida é complicada demais. Gastamos muito pensamento, muito sentimento, muita palavra. O melhor é não estar.

Quando vier a grande hora de nosso destino nós teremos saído há uns cinco minutos para tomar um café. Vamos, vamos tomar um cafezinho.

(Rubem Braga. O Conde e o passarinho & Morro do isolamento. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.156-7)

05. Analise o trecho a seguir:

*Quando vier o amigo e quando vier o credor, e quando vier o parente, e quando vier a tristeza, e quando a morte vier, o recado será o mesmo: – Ele disse que ia tomar um*

*cafezinho...*

Diante do teor da crônica e da enumeração presente no período apresentado, pode-se depreender:

- a) Os motivos dados de modo muito frequente perdem todo o sentido.
- b) Aqueles os quais nos procuram não costumam se esforçar de maneira eficiente para nos encontrar.
- c) A discrição exagerada estende a repugnância tanto às coisas más quanto às boas.
- d) Ao reconhecer que a vida é triste, isso não elimina o desejo de querer perpetuá-la.
- e) A aversão pode levar a uma tristeza que só se concretiza com a morte.

06. A partir dos trechos retirados do texto, marque a alternativa em que o período admite a transposição para a voz passiva:

- a) Leio a reclamação de um repórter irritado...
- b) O chapéu dele está aí...
- c) Deixemos em todos os lugares...
- d) Quando a Bem-amada vier com seus olhos tristes...
- e) Com certeza volta logo.

**07.** Leia o trecho que se segue:

*Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo. Assim dirão...*

Assinale a única alternativa em que a união dos períodos mantém a correção e o sentido do trecho original:

- a) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, já que assim dirão...
- b) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo e desde que assim dirão...
- c) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, embora assim dirão...
- d) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo, pois assim dirão...
- e) Devemos até comprar um chapéu especialmente para deixá-lo: conquanto assim dirão...

**08.** Analise as assertivas abaixo e marque a que apresenta verbos com o mesmo tipo de complementação verbal:

- a) Depois de esperar duas ou três horas. / Para quem espera nervosamente.
- b) Alguém dará o nosso recado sem endereço. / A vida é triste e complicada.
- c) Tinha razão o rapaz. / Depois de esperar duas ou três horas.
- d) Mergulhemos de corpo e alma no cafezinho. / Tinha razão o rapaz.
- e) A vida é triste e complicada. / Mergulhemos de corpo e alma no cafezinho.

**09.** O trecho abaixo apresenta o emprego da crase de acordo com as regras ortográficas vigentes. Marque a alternativa que também emprega, de forma correta, esse sinal.

*... e chegou à conclusão de que o funcionário passou o dia inteiro tomando café.*

- a) e chegou à tempo de ouvir as reclamações.
- b) e chegou finalmente à inevitável conclusão.
- c) e chegou à decisões desesperadas.

d) e chegou à essa conclusão que foi totalmente inesperada.

e) e chegou então à tirar proveito da situação.

**10.** Ao analisar o episódio que inicia a crônica, pode-se afirmar que o autor se mostra:

- a) compreensivo em relação à fúria do repórter, porém disposto a tomar o pretexto do café de que se vale o delegado para considerar, de modo bastante sarcástico, os motivos de seu uso generalizado.
- b) crítico e intolerante tanto do comportamento do delegado, por ter deixado o repórter esperando por um tempo considerável, como da atitude deste último, que não soube considerar a situação com bom humor.
- c) solidário com o repórter na angústia que este experimentou ao esperar incansavelmente pelo delegado e, mesmo que de modo bem humorado, inteiramente contrário aos desvios de conduta de uma autoridade policial.
- d) disposto a julgar a reação do repórter de modo muito mais severo do que a conduta do delegado, sugerindo ter havido desproporção na afirmação de que este passara o dia inteiro tomando café.
- e) indiferente à irritação do repórter e clemente em relação ao afastamento do delegado, acreditando que as complicações da vida justificam totalmente a necessidade de se recorrer à desculpa do café.



**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)****Paulo Guimarães**

**11.** Acerca da Lei Estadual n. 4.620/2005, que dispõe sobre a Unificação e a Reestruturação dos Quadros de Pessoal e Institui a Carreira de Serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) as atribuições dos cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão, bem como a distribuição das vagas, serão descritas em Regulamento.
- b) é considerado serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo ou em comissão, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.
- c) as carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária somente são divididas em classes, com áreas distintas de atividade.
- d) a chefia de serventia judicial de primeira instância é conferida conforme a ordem de classificação no concurso para Analista Judiciário ou Técnico de Atividade Judiciária.
- e) a chefia de serventia judicial de primeira instância é livremente conferida, pelo Corregedor-Geral da Justiça, ao Analista Judiciário ou Técnico de Atividade judiciária de sua escolha.

**12.** Conforme a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, julgue as assertivas abaixo:

- I. A Corregedoria Geral da Justiça, órgão de planejamento, supervisão, coordenação, orientação, disciplina e fiscalização das atividades administrativas e funcionais da Primeira Instância do Poder Judiciário e dos Serviços Notariais e Registros, é exercida pelo Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.
- II. O órgão Especial é o órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores ativos, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.

III. O Conselho da Magistratura atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de vinte e cinco desembargadores, sendo 13 (treze) vagas preenchidas por antiguidade e 12 (doze) por eleição.

IV. Os Tribunais do Júri têm competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e conexos.

Assinale a alternativa que indica as assertivas corretas:

- a) I, II e III.
- b) III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II e III.

**13.** Conforme a Lei n. 6.956/2015, que dispõe sobre a organização e divisão judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, compete aos juizes de direito em matéria do idoso, EXCETO:

- a) fiscalizar e orientar instituições, programas, organizações governamentais e não governamentais, bem como quaisquer outras entidades de atendimento ao idoso, com o fim de assegurar-lhes o funcionamento eficiente e coibir irregularidades.
- b) conhecer de pedidos de registro civil de nascimento tardio de idoso sob sua jurisdição, e regularizar seus registros no curso de procedimentos de sua competência.
- c) orientar e fiscalizar a ação dos colaboradores voluntários do idoso.
- d) cumprir precatórias pertinentes à matéria de sua competência.
- e) conceder suprimento de idade para o casamento de adolescentes sob sua jurisdição.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)****Antônio Daud**

**14.** Considerando as disposições do Decreto nº 2.479/1979, que regulamenta o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro julgue os próximos itens acerca do regime disciplinar do servidor.

I - A penalidade de suspensão será aplicada em caso de reincidência em falta já punida com advertência.

II - O prazo máximo da penalidade de suspensão é de cento e oitenta dias.

III - O abandono de cargo, passível de demissão, configura-se pela ausência ao serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos.

IV - Em caso de absolvição criminal, não é possível a instauração de uma ação disciplinar ulterior.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)****Tiago Zanolla**

**15.** No cumprimento de suas funções, o Corregedor-Geral da Justiça, ao instaurar Procedimento Administrativo Disciplinar, expedirá

- a) Provimento
- b) Portaria
- c) Ordem de Serviço
- d) Ato Reservado
- e) Aviso

**16.** Determinada unidade da Corregedoria-Geral da Justiça emitiu uma recomendação sobre determinados grupos de atividades. A unidade expediu um

- a) Memorando
- b) Ofício
- c) Certidão
- d) Declaração
- e) Atestado

**17.** As inspeções constituem a atividade verificatória de rotina da Corregedoria Geral da Justiça, visando à coleta de informações de interesse da Administração através do efetivo levantamento da realidade da unidade.

As inspeções serão feitas, exceto

- a) por determinação do Corregedor-Geral da Justiça.
- b) por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça.
- c) por determinação do Juiz de Direito Dirigente do NUR.
- d) por solicitação de Juiz de Direito.
- e) por solicitação do Chefe de Serventia do serviço.

**18.** Das decisões proferidas pelo Corregedor-Geral da Justiça caberá pedido de reconsideração, no prazo de

- a) 03 dias.
- b) 05 dias.
- c) 08 dias.
- d) 10 dias.
- e) 30 dias.

## **DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**Ricardo Torques**

19. A Lei nº 10.098/2000 prevê a disposição de ajudas técnicas às pessoas com deficiência. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Público promoverá a redução de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas.
- b) O Poder Público fomentará programas destinados ao desenvolvimento tecnológico orientado à produção de ajudas técnicas para as pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida.
- c) As pessoas com deficiência visual terão direito a um kit de identificação desde que arquem com os custos de produção, vedada a finalidade lucrativa.
- d) Às pessoas com deficiência visual será garantido, sem custo adicional, quando por elas solicitado, um kit que conterá, no mínimo, etiqueta em braille, identificação do tipo de cartão, fita adesiva e porta-cartão.
- e) O Poder Público fomentará programas destinados a promoção de pesquisas científicas voltadas ao tratamento e prevenção de deficiências, mas não haverá fomento de programas de especialização de recursos humanos em acessibilidade por tratar-se de atribuição das empresas privadas.

## **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Antônio Daud**

20. Conforme as regras elencadas na Lei 12.846/13, que Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a alternativa correta

- a) A celebração de acordo de leniência com a pessoa jurídica causadora do dano irá isentá-la integralmente das penas previstas na Lei 12.846/13, inclusive do dever de reparar o dano causado.
- b) A lei anticorrupção aplica-se às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas

ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado.

- c) Um dos requisitos para a celebração do acordo de leniência é que a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da celebração do acordo.
- d) A responsabilização da pessoa jurídica exclui uma eventual responsabilidade individual de seus dirigentes.
- e) Caso a pessoa jurídica descumpra acordo de leniência eventualmente celebrado, ficará impedida de celebrar um novo acordo pelo prazo de cinco anos, contados da data da ciência pela administração do descumprimento.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Thálius Moraes**

21. Considerando as regras aplicáveis aos entes da Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) a criação de subsidiárias de empresas públicas deve ser precedida de autorização legislativa.
- b) Para que uma sociedade empresarial seja considerada uma sociedade de economia mista, basta que o controle acionário esteja em mãos do poder público.
- c) Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) As autarquias submetem-se ao controle hierárquico denominado supervisão ministerial.
- e) A aquisição da personalidade jurídica das fundações públicas de direito público ocorrerá com o registro de seus atos constitutivos na serventia registral pertinente.



**22.** Acerca dos atributos dos atos administrativos, considere os próximos itens

I - A presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos gera a inversão do ônus da prova, de modo que cabe ao destinatário do ato comprovar a sua ilegalidade.

II - A autoexecutoriedade permite que todos os atos administrativos sejam executados diretamente pela administração pública, independentemente de intervenção ou confirmação judicial.

III - A imperatividade é o atributo dos atos administrativos que permite à Administração impor obrigações independentemente de anuência dos administrados, caso das licenças, por exemplo.

Está correto apenas o disposto em

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) I.
- d) II e III.
- e) II.

**23.** Considerando as disposições constitucionais doutrinárias e jurisprudenciais acerca dos agentes públicos, assinale a alternativa incorreta

- a) As funções de confiança serão preenchidas exclusivamente por servidores titulares de um cargo efetivo.
- b) Os aprovados dentro das vagas previstas no edital do certame, possuem, como regra, direito subjetivo à nomeação.
- c) Os casos de contratação temporária para atender situações de excepcional interesse público deverão ser estabelecidos em lei.
- d) Em caso de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório incidirá sobre a soma das remunerações percebidas pelo servidor.
- e) É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria, salvo quando se tratar de cargos acumuláveis na atividade.

**24.** Ao aplicar uma multa a determinada sociedade empresária que tenha descumprido uma cláusula de contrato administrativo celebrado com a Administração, a autoridade administrativa fará uso do poder

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) regulamentar.
- e) de polícia judiciária.

**25.** Acerca da responsabilidade civil extracontratual do Estado, assinale a alternativa correta à luz do entendimento da doutrina e dos tribunais superiores.

- a) Conforme entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado por atos praticados por notários e oficiais de registro que, nessa qualidade, causarem danos a terceiros é direta, primária e objetiva.
- b) A culpa recíproca da vítima e a força maior são causas excludentes da responsabilidade civil do Estado.
- c) Não há responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos legislativos, mesmo quando se tratar de lei declarada inconstitucional.
- d) O Estado responde civilmente por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário, mesmo que os danos não decorram direta ou imediatamente do ato de fuga.
- e) Ficará afastada a responsabilidade estatal, em caso de danos causados por seus agentes, se existente causa excludente de ilicitude penal.

26. O controle da Administração pode ocorrer no âmbito administrativo, legislativo ou judicial. Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta

- a) Em caso de ato administrativo praticado em desconformidade com súmula vinculante, a reclamação para anulação desse ato é uma modalidade de controle externo da atividade administrativa.
- b) É vedado que lei infraconstitucional crie uma modalidade de controle externo não prevista constitucionalmente.
- c) As pessoas jurídicas que administrem recursos públicos colocados a sua disposição, independentemente de possuírem personalidade jurídica pública ou privada, têm a responsabilidade e o dever de prestar contas.
- d) Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos administrativos praticados pelo Poder Executivo.
- e) A competência para o julgamento das contas do Presidente da República pertence ao Tribunal de Contas da União, mediante controle externo.

27. Conforme exigência constitucional, as hipóteses de contratação sem a exigência de prévia licitação somente podem ser feitas de maneira excepcional, quando expressamente previstas em lei. Desse modo, nos termos da Lei 8.666/93, é hipótese de contratação direta

- a) no caso de calamidade pública, mediante licitação dispensada.
- b) a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade, mediante licitação dispensável.
- c) a aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, mediante licitação dispensável.
- d) a contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, mediante inexigibilidade de licitação.
- e) a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, mediante dispensa de licitação.

28. De acordo com as disposições da Lei 9.784/99, que trata do processo administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) É admissível a delegação de competência para proferir decisão de recurso administrativo a outros órgãos ou autoridades, ainda que estes não sejam hierarquicamente subordinados à autoridade delegante.
- b) No processo administrativo, um terceiro, que não tenha iniciado ou participado do processo, não possui legitimidade para a interposição de um recurso administrativo.
- c) Será inconstitucional lei que exija o depósito prévio de dinheiro ou bens para a admissibilidade de recurso administrativo.
- d) O direito que a Administração Pública possui para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo em caso de comprovada má-fé.
- e) É impedido de atuar no processo administrativo a autoridade que seja amiga íntima de um dos interessados no processo.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Túlio Lages

29. Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade resta garantida apenas às pessoas físicas brasileiras e não será estendida aos estrangeiros, salvo nos casos em que residam no país por mais de 10 anos ininterruptos.
- b) O direito à vida previsto no art. 5º da CF/88 é absoluto, sendo vedada a pena de morte em qualquer caso.
- c) O princípio da legalidade possui diferentes abrangências entre os particulares e o Poder Público. Nesse sentido, para os particulares ele consagra a ideia de que só será permitido fazer aquilo previsto pela lei.

d) O direito de indenização por dano moral ou material é extensível às pessoas jurídicas e poderão ser cumulados diante de um mesmo fato.

e) O direito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem prevalecem sobre o direito à liberdade de expressão e de manifestação de pensamento, razão pela qual é inadmissível a publicação de biografias não-autorizadas pela pessoa biografada.

**30.** Acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa incorreta:

a) O plebiscito e o referendo são instrumentos de exercício da soberania popular, institutos típicos do modelo de democracia participativa adotada pelo ordenamento brasileiro.

b) O sufrágio universal, o voto e o escrutínio são conceitos sinônimos, figurando como principal forma de exercício da democracia.

c) A Constituição Federal de 1988 adotou o sufrágio universal, que é aquele onde o direito de votar é concedido a todos os nacionais independentemente de condições discriminatórias.

d) A obrigatoriedade do voto não é uma cláusula pétrea, podendo ser objeto de emenda constitucional tendente à sua abolição.

e) O plebiscito e o referendo são formas de consulta popular, diferenciando-se essencialmente quanto ao momento em que esta é realizada.

**31.** Considerando as hipóteses de perda da nacionalidade e a teoria sobre os direitos de nacionalidade, assinale a alternativa correta.

a) O brasileiro que adquirir naturalidade estrangeira em virtude de condição para permanência em território de país estrangeiro, perderá a nacionalidade brasileira.

b) A nacionalidade brasileira perdida por ato voluntário não poderá ser recuperada.

c) É possível que uma pessoa que perdeu sua condição de brasileiro nato seja extraditada.

d) O Ministro da Justiça poderá rever o ato de naturalização de estrangeiro.

e) As hipóteses de perda de nacionalidade poderão ser modificadas por tratado internacional, vez que constituem matéria de direitos humanos no âmbito do direito internacional.

**32.** Acerca do texto constitucional e do entendimento jurisprudencial correlato, analise as assertivas abaixo e assinale a correta.

a) A União possui soberania, enquanto os Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios gozam apenas de autonomia.

b) Um Estado-Membro que pretenda desmembrar-se e anexar seu território a um estado vizinho dependerá de plebiscito da população diretamente interessada e de leis complementares a serem elaboradas pelas assembleias legislativas de ambas as unidades federativas.

c) Se a Assembleia Legislativa de um Estado-Membro interessado no desmembramento for desfavorável à mudança territorial, ficará vedado ao Congresso Nacional a realização de tal procedimento uma vez que violaria a autonomia dos entes atingidos.

d) A forma federativa de estado é uma cláusula pétrea constitucional, razão pela qual não se admite alterações na estrutura dos entes federativos.

e) No caso de desmembramento, incorporação ou subdivisão de Estado, o entendimento do STF é de que a consulta mediante plebiscito deverá englobar toda a população do Estado afetado, e não apenas a dá área que será desmembrada, incorporada ou subdividida.

**33.** Conforme se depreende da Constituição Federal de 1988, o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado, entre outros, por partido político com representação:

a) em, pelo menos, metade das Assembleias Legislativas dos Estados ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

b) na Câmara dos Deputados.

c) em, pelo menos, três Assembleias Legislativas de três Estados.

d) na Presidência ou Vice-Presidência da República.

e) em, pelo menos, 1/3 dos Municípios brasileiros.

**34.** A Constituição Federal estabelece diversos preceitos aos partidos políticos, dentre os quais, podemos mencionar

- I. caráter nacional.
- II. prestação de contas ao Tribunal de Contas.
- III. proibição de recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.
- IV. funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

Estão corretas as assertivas:

- a) I e II, somente.
- b) I, II e III, somente.
- c) I e III, somente.
- d) I, III e IV.
- e) II e IV, somente.

**35.** Considere os itens a seguir:

- I) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- II) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- III) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- IV) Cada Território elegerá 4 Deputados.

A respeito do Poder Legislativo, segundo a Constituição Federal, é correto asseverar que estão corretos apenas os itens:

- a) I
- b) I e II
- c) III e IV
- d) I, II e III
- e) I, II, III e IV

**36.** Conforme previsão expressa na Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil não tem como fundamento:

- a) a soberania.
- b) o pluralismo político.
- c) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) a dignidade da pessoa humana.
- e) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**Ricardo Torques**

**37.** Assinale a alternativa que apresenta uma situação em que os cônjuges serão necessariamente citados para a ação:

- a) que versar sobre direito real sobre bens móveis ou imóveis, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) que resultar de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.
- c) fundada em dívida contraída por ambos os cônjuges ou seus descendentes a bem da família.
- d) que versar sobre direito real imobiliário, independentemente do regime de bens adotado pelo casal.
- e) que tiver por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges, além daqueles doados aos descendentes.

**38.** Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta quanto à representação judicial de determinados entes:

- a) Os Estados e o Distrito Federal devem ser representados, ativa e passivamente, por seus procuradores. Os Municípios, por seu turno, serão representados pelo prefeito ou por procurador municipal.
- b) A herança jacente, a herança vacante e o espólio serão representados por seu curador.

- c) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.
- d) Em se tratando de pessoa jurídica estrangeira, é necessário que o gerente da filial seja expressamente autorizado a receber citações.
- e) Os Estados, em respeito ao pacto federativo, não podem ajustar compromisso recíproco para a prática de atos processuais por seus procuradores.

**39.** A sucessão voluntária de partes no curso do processo é medida excepcional, ocorrendo apenas nos casos expressos em lei. Nesse caso:

- a) a alienação da coisa por ato entre vivos, a título particular, altera a legitimidade das partes.
- b) o adquirente ou cessionário poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, independentemente de consentimento da parte contrária.
- c) a alienação do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, altera a legitimidade das partes e autoriza a sucessão.
- d) o adquirente ou cessionário não poderá intervir no processo.
- e) Os efeitos da sentença proferido entre as partes originárias será estendido ao adquirente ou ao cessionário.

**40.** A denúncia da lide encontra-se intimamente relacionada ao direito de regresso. Sobre referida espécie de intervenção de terceiros, é correto que:

- a) a denúncia da lide deve ser realizada exclusivamente pelo réu.
- b) o Código de Processo Civil admite sucessivas denúncias, visando localizar a parte verdadeiramente legítima a integrar a relação jurídica processual.
- c) se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denúncia da lide.
- d) feita a denúncia pelo réu, se o denunciado contestar o pedido formulado pelo autor, o processo prosseguirá tendo, na ação principal, apenas o denunciado como parte.

- e) feita a denúncia pelo réu, se o denunciado for revel, o denunciante será excluído do polo passivo da ação e este tramitará exclusivamente em face do denunciado revel.

**41.** O Código de Processo Civil estabelece que o juiz goza de poderes para bem conduzir o processo, mas também está sujeito a deveres e, eventualmente, poderá ser responsabilizado por seus atos. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) O juiz pode determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes a fim de inquirilas sobre os fatos da causa e, a depender da situação, poderá incidir a pena de confesso.
- b) O juiz poderá dilatar os prazos processuais, mas deverá fazê-lo apenas antes de encerrado o prazo regular.
- c) O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico, podendo julgar por equidade sempre que entender mais adequado ao caso concreto.
- d) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes e poderá ampliar o objeto da causa quando patente a necessidade de pronunciamento jurisdicional.
- e) Convencendo-se, pelas circunstâncias, de que autor e réu se serviram do processo para praticar ato simulado ou conseguir fim vedado por lei, o juiz remeterá os autos ao Ministério Público para que adote as medidas que entender cabíveis.

**42.** A tutela de evidência é uma das espécies de tutela provisória e poderá ser concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto:

- a) A tutela de evidência não poderá ser decidida liminarmente.
- b) A tutela de evidência será cabível quando ficar caracterizado o abuso do direito de ação ou o manifesto protelatório da parte.
- c) Quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente, independentemente da existência de teses firmadas



em casos repetitivos, o juiz poderá deferir a tutela de evidência.

d) Se a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos e o réu opuser prova capaz de gerar dúvida razoável, o juiz concederá a tutela de evidência pleiteada.

e) Havendo pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, o juiz poderá julgar liminarmente, decretando a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

**43.** O pedido deve ser certo e determinado, embora seja possível a formulação de pedido genérico e a existência de pedidos implícitos. Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

a) quando a ação tiver por objeto o cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas deverão ser expressamente incluídas no pedido.

b) o pedido genérico será cabível nas ações universais, ainda que o autor possa individualizar os bens demandados.

c) caberá pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, as consequências de ato ou fato.

d) quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato a ser praticado pelo réu, o autor poderá formular pedidos implícitos.

e) não é possível a formulação de pedido genérico em reconvenção.

**44.** Quando a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação. Nesse caso:

a) a audiência deverá ser designada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e o réu deverá ser citado com, pelo menos, 15 (quinze) dias de antecedência.

b) se necessárias à composição das partes, pode ser realizada mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação, desde que não seja excedido o prazo de

2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão.

c) a audiência deverá ser realizada ainda que as partes expressem desinteresse na composição consensual.

d) a audiência não será realizada caso uma das partes manifeste expressamente seu desinteresse na composição consensual.

e) por tratar-se de ato que visa a composição entre as partes, a presença de advogado é facultativa.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Priscila Silveira**

**45.** No tocante à nova lei processual penal, é INCORRETO afirmar:

a) é de incidência imediata, pouco importando a fase em que esteja o processo.

b) terá aplicação imediata, mas retroage para beneficiar o acusado.

c) vigora desde logo, não possuindo efeito retroativo.

d) será aplicada aos fatos ocorridos antes de sua entrada em vigor.

e) A lei processual penal nova aplica-se ao processo em andamento, ainda que o fato que motivou a ação penal (crime ou contravenção) tenha sido cometido antes de sua entrada em vigor e mesmo que sua aplicação se dê em prejuízo do agente.

**46.** Com relação ao procedimento do Júri, é correto afirmar:

a) o desaforamento poderá ser determinado em razão do comprovado excesso de serviço se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 1 (um) ano, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

b) No procedimento do júri, o Juiz fundamentadamente o absolverá desde logo quando O fato não constituir infração penal.

c) O juiz não poderá formular quesito sobre a ocorrência de qualificadora sustentada pelo Ministério Público nos debates orais, se tal qualificadora não constar da decisão de pronúncia.

d) O Ministério Público e o assistente de acusação poderão, nos debates, fazer referências ao silêncio do

acusado em seu interrogatório para extrair dessa circunstância sua condição de culpado.

e) Em razão da função que exercem, aplica-se aos jurados o disposto sobre os impedimentos, mas não a suspeição e as incompatibilidades dos juízes togados.

**47.** A respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:

I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.

II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública for condicionada à representação, poderá ser iniciado de ofício ou mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**48.** Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Ante a inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal, por meio do oferecimento de Queixa-Crime, mesmo nos crimes que são processados mediante ação penal pública condicionada.
- b) Apenas nos crimes que se processam mediante ação penal pública condicionada à representação, inerte o Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal mediante queixa-crime.
- c) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal pública mediante representação da vítima.
- d) Depois de oferecida a denúncia a representação só é retratável se for manifestada pelo ofendido ainda dentro do prazo decadencial.

e) O perdão do ofendido, seja expresso ou tácito, é causa de extinção da punibilidade nos crimes que se apuram exclusivamente por ação penal privada e naqueles em que há ação penal pública incondicionada.

**49.** Se a prisão em flagrante feita por agente policial não contar com testemunhas da infração, apresentado o preso à Autoridade Policial esta

a) fará diligências no local dos fatos em busca de testemunhas da infração, antes de lavrar o auto de prisão em flagrante.

b) não lavrará o auto de prisão em flagrante por falta de testemunhas.

c) lavrará o auto de prisão em flagrante que será assinado apenas pela própria autoridade, pelo autuado e pelo condutor.

d) lavrará o auto de prisão em flagrante ouvindo o condutor e colherá as assinaturas de duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

e) convocará parentes do preso para assinar o auto juntamente com ele.

**50.** No que diz respeito ao rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é INCORRETO afirmar que:

a) O rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é aplicável apenas aos crimes funcionais próprios.

b) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

c) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

d) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

e) O juiz, antes de receber a denúncia, determinará não só a sua autuação, mas também mandará notificar o agente para apresentar a sua defesa preliminar no prazo de 15 dias.

**51.** Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

- a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.
- b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.
- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

**52.** No tocante à liberdade provisória, com ou sem fiança, é correto afirmar que

- a) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.
- b) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.
- c) nos casos em que a autoridade policial não puder conceder fiança, esta será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.
- d) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
- e) se a situação econômica do preso recomendar, a fiança poderá ser aumentada em até 100 vezes.

## LEGISLAÇÃO

**Tiago Zanolla**

**53.** Segundo a Consolidação Normativa Judicial, do recolhimento das custas e a certificação pelas serventias judiciais, assinale a alternativa correta:

- a) Decorrido o prazo de 08 (oito) dias para que o devedor efetue o pagamento, após notificação prévia pela via postal, sem atendimento, a serventia certificará nos autos o não pagamento e expedirá certidão eletrônica ao DEGAR, a quem incumbirá a cobrança por meio administrativo. Em seguida, arquivará os autos em definitivo, sem baixa.
- b) Requerido o cumprimento da sentença, a certificação da taxa judiciária, calculando-se o percentual de 5% (cinco por cento) do valor executado (com o cômputo de honorários advocatícios e multas) e abatendo-se o valor pago na etapa cognitiva, devidamente atualizado. Eventual diferença deverá ser recolhida de imediato pelo Exequente.
- c) Em qualquer hipótese, as custas devidas deverão ser pagas posteriormente à prática do respectivo ato.
- d) Requerido o cumprimento da sentença, a certificação da taxa judiciária, calculando-se o percentual de 2,5% (dois e meio por cento) do valor executado (com o cômputo de honorários advocatícios e multas) e abatendo-se o valor pago na etapa cognitiva, devidamente atualizado. Eventual diferença deverá ser recolhida de imediato pelo Exequente.
- e) Devem ser observados por todos os Serventuários os atos administrativos relativos a custas, editados pelo Tribunal de Justiça e pela Corregedoria Geral da Justiça.

**54.** Quanto as deprecatas, julgue os itens a seguir

- a) O recolhimento de custas pela expedição e cumprimento de cartas precatórias deverá ser comprovado, em regra, no juízo deprecado, e certificado pelos Juízos deprecante e deprecado, à vista da cópia do recolhimento que acompanhará a deprecata, passando o Chefe de Serventia a respectiva certidão.
- b) Havendo, no Juízo deprecado, custas acrescidas ou outras despesas, o Chefe de Serventia certificará o fato nos autos da precatória, discriminando as eventuais parcelas do valor total devido, e, em regra, só lhe instrumentalizando o cumprimento e devolvendo a carta após a comprovação do recolhimento.
- c) O interessado deverá recolher, no juízo deprecante, a importância correspondente às custas e despesas acrescidas, no prazo de quarenta e 72 horas a contar da intimação para pagamento, que será providenciada pelo Chefe de Serventia. Não sendo comprovado o pagamento no prazo fixado, Chefe de Serventia do juízo deprecado abrirá conclusão, após certificar o não atendimento da ordem judicial, oportunidade na qual poderá ser determinado o cancelamento da distribuição, independente de qualquer pagamento, com a consequente devolução da carta precatória ao Juízo de origem.
- d) Se a parte interessada na expedição da precatória for beneficiária da gratuidade de justiça ou isenta do pagamento de custas processuais, deverá ser também transmitido minuta atualizado dos cálculos isentos.
- e) As cartas precatórias de trâmite exclusivo no Estado do Rio de Janeiro, expedidas para cumprimento de diligências ou atos processuais determinados de ofício pelo Juízo ou a requerimento do Ministério Público, suscitam o recolhimento antecipado de custas, que devem ser pagas, após o seu efetivo cumprimento e devolução, no juízo deprecante, pelo autor.

**55.** A gerência do cartório deverá ser voltada para o atendimento dos seguintes objetivos, exceto

- a) unificação da metodologia de trabalho visando ao melhor gerenciamento das atividades cartorárias.
- b) simplificação dos procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de aplicação dos serviços judiciais.
- c) capacitação dos jurisdicionados para desempenho das diversas etapas do processamento integrado.
- d) fortalecimento da função de chefia e liderança do Escrivão ou Responsável pelo Expediente Chefe de Serventia e seu constante aprimoramento.
- e) aperfeiçoamento dos serviços judiciários.

**56.** No tocante à Administração Interna, o atendimento ao público é atribuição básica, dentre as equipes de processamento integrado das serventias, da equipe

- a) jurídica.
- b) de preparação administrativa.
- c) de digitação.
- d) normativa.
- e) de diligências.

**57.** A formação de pasta cartorária dispensa a obrigatoriedade de termo de abertura e de encerramento, observado o limite de folhas de

- a) 100 folhas
- b) 200 folhas
- c) 250 folhas
- d) 300 folhas
- e) 500 folhas

**58.** Além dos livros básicos informados na Consolidação Normativa Judicial, os Juízos Orfanológicos manterão atualizados os livros

- a) de registro de testamentos.
- b) de registro de colocação em família substituta.
- c) de livros de registro de idosos abrigados.
- d) de arquivo de inscrições de entidades habilitadas de amparo aos Idosos.
- e) de arquivo de inscrições de entidades habilitadas de amparo à Criança e ao Adolescente

**59.** A capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará para a Produção Antecipada de Provas a coloração

- a) Rosa
- b) Branca
- c) Azul
- d) Verde
- e) Cinza

**60.** As Ações do Juizado Especial Criminal e as demais Ações de rito sumário apresentação capa da coloração

- a) Palha
- b) Branca
- c) Cinza
- d) Verde
- e) Rosa



**Estratégia**  
Concursos



## Preencha o Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-16-08>

### NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

### CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>